



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
ATUAÇÃO SUMÁRIA

PARECER nº 2554/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64294.005079/2024-75

INTERESSADOS: 5ª BRIGADA DE CAVALARIA BLINDADA - 5ª BDA C BLD

ASSUNTOS: CREDENCIAMENTO. FUNDOS DE SAÚDE. FORÇAS ARMADAS.

EMENTA: Direito Administrativo. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Contratação direta de pessoas físicas e/ou de pessoas jurídicas para complementação da estrutura básica de saúde oferecida pelas Forças Armadas. Arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133/21. Decreto nº 11.878/2024. Decreto nº 92.512/86. Fundos de Saúde da Aeronáutica (FUNSA), do Exército (SAMMED/FUSEX/PASS) e da Marinha (FUSMARINHA).

1. Finalidade e Abrangência do Parecer Jurídico.
2. Da terceirização dos serviços prestados através dos Fundos de Saúde. Viabilidade.
 - 2.1 Impossibilidade de atuação dos terceirizados (PSA e OCS) nas dependências de Órgão Militar.
- 3 Da viabilidade jurídica do credenciamento.
- 4 Minuta de Edital de Credenciamento. Recomendação de uso da minuta padrão de Edital e anexos da e-CJU/CGU/AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/ecju/ssem>).
- 4.1 Definição dos valores pagos aos credenciados (Art. 7º, Parágrafo primeiro).
 - 4.1.1 Da justificativa do preço dos procedimentos médicos.
 - 4.1.2 Do valor de aquisição de medicamentos no âmbito do credenciamento.
- 4.2 Revisão periódica dos valores pagos aos credenciados (Art. 7º, IX).
- 4.3 Requisitos de habilitação e qualificação técnica (Art. 7º, II)
5. Minutas de Contrato (Art. 7º, do Decreto nº 11.878);
6. Dos documentos essenciais à contratação direta por inexigibilidade.
 - 6.1 - Planejamento da Contratação: Documento de Formalização da Demanda, Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência (art. 72, I da Lei 14.133/21);
 - 6.1.1 Documento de formalização da demanda;
 - 6.1.2 Designação da comissão de contratação;
 - 6.1.3 Estudos Técnicos Preliminares - ETP;
 - 6.1.4 Gerenciamento de Riscos;
 - 6.1.5 Termo de referência;
 - 6.2 - Da disponibilidade orçamentária (art. 72, IV da Lei 14.133/21);
 - 6.3 Da razão da escolha do credenciado ou executante (art. 72, VI da Lei 14.133/21);
 - 6.4 Da autorização para a abertura do procedimento e contratação (art. 72, VIII da Lei 14.133/21);
- 2.7 Da publicidade dos atos.

1. RELATÓRIO

1. A 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (5ª Bda C Bld) submete a esta Consultoria Jurídica virtual especializada, em conformidade com o *caput* e §§ 1º e 4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (NLLC) e nos

83. Para exame e julgamento dos documentos de habilitação dos interessados no credenciamento, deve ser designada comissão de contratação pela autoridade máxima do Órgão (art. 6º do Decreto nº 11.878, de 2024).
84. A comissão de contratação deve ser composta por 3 membros (1 presidente e 2 agentes de contratação), escolhidos dentre servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente e sem vínculo de parentesco com contratados habituais do Órgão credenciante. Tais servidores devem possuir formação suficiente ou qualificação atestada por escola de governo para atuar em licitações e contratos (Arts. 5º e 10 do Decreto nº 11.246/22).
85. Consta dos autos o ato de nomeação da comissão de contratação e a respectiva publicação do ato (Seq. 3).
86. Destacamos a responsabilidade da autoridade máxima do Órgão certificar-se do adequado cumprimento das regras de designação dos membros da comissão, previstas nos arts. 5º e 10 do Decreto nº 11.246, de 2022.
87. Considerando-se o disposto no art. 3º, § 3º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo, e no art. 10, III do Decreto nº 11.246, de 2022, **recomenda-se incluir o subitem 13.1.1.8 ao Edital**, na seção "DA RESCISÃO":
- 13.1 Os contratos poderão ser rescindidos (...):
(...)
- 13.1.1.8 caso a contratada possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, §3º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).**
- 2.6.1.3 Estudos Técnicos Preliminares - ETP**
88. A elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade) está prevista no art. 72, I da NLLC. O ETP visa identificar e descrever a necessidade da contratação, envolvendo questões técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, servindo de base à elaboração do Termo de Referência.
89. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, regulamenta a elaboração do ETP, recomendando-se o atendimento de suas disposições.
90. Segundo art. 14 da IN SEGES nº 58/22, a elaboração do ETP nas contratações diretas é a regra, ressalvadas algumas hipóteses de dispensa de licitação, em que sua elaboração é facultada (Art. 75, I, II, VII e VIII e art. 90 da NLLC) ou dispensada (Art. 75, III da NLLC).
91. Assim, o ETP é documento indispensável à regularidade dos procedimentos de inexigibilidade de licitação, devendo ser elaborado no sistema ETP Digital (Art. 4º, caput da IN SEGES nº 58/22).
92. O ETP deve ser elaborado por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação (art. 9º IN SEGES nº 58/22).
93. O §1º do artigo 18 da Lei 14.133/21 (detalhado no art. 9º IN SEGES nº 58/22) traz os elementos que devem ser considerados na elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

101. Embora já tenhamos tratado do valor da contratação neste parecer, ao analisar o Edital de Credenciamento, necessário que sejam informados em seção específica do Estudo Técnico Preliminar (Art, 18, § 1º, inciso VI) os critérios utilizados para definição do valor dos serviços contratados, com menção aos documentos pertinentes juntados aos autos.

102. Quanto ao parcelamento do objeto (Art, 18, § 1º, inciso VIII), tal medida é inerente ao credenciamento de serviços de saúde, que visa ampliar ao máximo a disponibilidade dos serviços ofertados pelos Fundos de Saúde das Forças Armadas, para escolha dos prestadores pelos seus beneficiários.

103. No tocante à sustentabilidade das contratações (inciso XII), **recomenda-se a consulta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU**. Deve ainda ser exigido dos contratados o atendimento às medidas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), em cumprimento às Resoluções da ANVISA e do CONAMA que tratam da questão.

104. Atualmente, estão em vigor os seguintes normativos relacionados aos RSS:

- RDC/ANVISA Nº 222, de 09 de maio de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.);
- Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 (Dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências).

105. Ao final dos Estudos Preliminares, devem os responsáveis manifestar-se pela viabilidade ou não da contratação, o que **foi feito** no presente caso.

2.6.1.4 Gerenciamento de Riscos

106. Ao concluir os Estudos Preliminares e a elaboração de seu Termo de Referência, deve ser elaborado o mapa de gerenciamento de riscos. Trata-se de documento de natureza eminentemente técnica, cujo conteúdo é da responsabilidade do Órgão credenciante.

107. Tal documento é resultante da identificação e avaliação dos riscos que possam comprometer o processo de contratação, apontando medidas de tratamento e ações de contingência para os riscos inaceitáveis e definindo os responsáveis por adotar cada medida (art. 25 da IN SEGES nº 05/17).

108. Posteriormente, após a seleção inicial dos credenciados e em caso de eventos relevantes na gestão do contrato, os fiscais de contrato podem e devem atualizar o mapa de riscos, se necessário (art. 26 da IN SEGES n.º 05/17).

109. No presente caso, consta dos autos mapa de gerenciamento de riscos (Seq. 7) relacionados à contratação pretendida.

2.6.1.5 Termo de Referência

110. O art. 72, I da NLLC determina que o processo de contratação por inexigibilidade deve ser instruído com termo de referência, projeto básico e executivo, no que cabível. O projeto executivo e o projeto básico são usualmente utilizados em obras e serviços de engenharia (Art. 6º, XXV e XXVI). Termo de referência é mais adequado a contratação de bens e serviços em geral, como é o caso presente.

111. O termo de referência, no que cabível, deve ser elaborado em conformidade com o artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, melhor detalhado no art. 9º da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 25/11/22 (que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR e sobre o Sistema TR digital):

IN SEGES ME nº 81/2022

Art. 9º Deverão ser registrados no Sistema TR Digital os seguintes parâmetros e elementos descritivos: